



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

“CMPCD”

FRANCA

Ao sétimo dia do mês de julho, às 09 horas, na sede da SEDAS - Secretaria Municipal de Ação Social reuniu-se os Conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência – CMPCD, para a trigésima primeira reunião ordinária no mês de Julho de 2015. Dando início à reunião, a 1ª Secretária Sandra fez a verificação de quórum e justificaram as ausências às conselheiras Jocely, Daniela, Virgínia, Viviane, Regina. Nessa reunião tivemos a presença da Laís fonoaudióloga que trabalha juntamente com a Roberta Gimenes da Equoterapia. Foi socializada a devolutiva sobre a Audiência Pública realizada no dia 01 de julho, pela Promotoria Pública na pessoa do Promotor Dr. Fernando. Estavam presentes na audiência os conselheiros Fernando, Alessandra, Ana Paula, Isabel, Sandra, Viviane e a secretária executiva Mariângela. Compareceram os segmentos ligados à pessoa com deficiência: APAE, APADA, ADEFI, Secretaria de Educação, SEDAS e ainda a Empresa São José e Dr. Hélio e o Sr. Nicola representando a Prefeitura. Essa audiência aconteceu para que o Dr. Fernando pudesse avaliar quais providências e ações tinham sido realizadas conforme audiência no ano passado, onde se estabeleceu o TAC – Termo de Ajuste de Conduta. Foram apresentadas e discutidas as seguintes providências: possibilidade de uso dos recursos do Fundo da PCD, para projetos de acessibilidade de natureza pública e não em projetos específicos das Entidades devido à dificuldade de posteriormente não conseguir prestar conta do uso do dinheiro para o Tribunal de Contas; do portal de denúncia de uso irregular das vagas especiais, com petição junto ao Ministério Público; o envio das atas do CMPCD para a promotoria Pública para acompanhamento e dos relatórios de quem não atendeu convocação do CMPCD; na renovação do contrato do transporte público incluir no edital a obrigatoriedade de um sistema de informação (tipo Busalert ou Muvit), o advogado da Empresa São José na pessoa do Dr. Guilherme relatou que 75% das frotas já estão adaptadas e que a Empresa está tomando as providências sobre o sistema solicitado pelos deficientes visuais e está em pesquisa por ser um aplicativo caro, embora a primeira etapa possa acontecer sem custo; a solicitação de constar na Lei de criação do CMPCD um representante da OAB, da Universidade Pública, da sociedade civil na Comissão de Orçamento; em relação aos eventos realizados no Parque Fernando Costa, orientou o CMPCD exigir a planta da festa com padrão conforme ABNT, antes do início do evento, com vagas para PCDs, em área própria, em nível elevado ou à frente do palco como forma de garantir a segurança, acessibilidade, visibilidade. Segundo o relato do Dr. Fernando no

40 último evento, este começou receber denúncias dos deficientes físicos
41 solicitando a entrada nos camarotes, pois conforme fiscalização dos usuários
42 seria inviável o lugar e a acessibilidade reservado aos PCDs. Ficou acordado
43 entre as partes que os usuários ficariam no camarote e os acompanhantes
44 pagariam R\$ 50,00. O conselheiro Manoel sugeriu enviar ofício ao Dr. Éder para
45 constar o desenho universal as vagas para PCD; Dr. Fernando deu a sugestão
46 para se realizar uma homenagem do CMPCD em reconhecimento às iniciativas
47 positivas para as PCDs. Em relação a política municipal de educação foi
48 socializada pelo Sr. Nicola sobre a acessibilidade onde o mesmo relatou que
49 80% das escolas municipais e creches já estão adaptadas e que ainda falta 20%
50 para adequar. O Dr. Fernando enfatizou que foi necessário a Promotoria entrar
51 com uma Ação Civil Pública em relação às adaptações nas escolas estaduais,
52 pois o Estado pediu 15 anos para realizar essas adequações. Em seguida foi
53 discutido sobre o estudo solicitado pelo Promotor, que visa mapear a área
54 central, e determinar o percentual de 2% de vagas dentro das normas da ABNT
55 das vias públicas, inclusive com pintura das faixas e retorno de algumas vagas
56 centrais que foram extintas. O Conselho sugeriu que na próxima reunião seja
57 feito o convite a CORDE para explicar os protocolos realizados em relação ao
58 processo de credenciamento para uso das vans adaptadas, pois ainda não está
59 claro para os conselheiros. Foi socializada a cobrança do Dr. Fernando em
60 relação ao treinamento dos motoristas e cobradores da Empresa São José com
61 a participação do CMPCD e das Entidades. A assistente social da ADEFI Márcia
62 colocou a dificuldade que alguns profissionais encontram para lidar com as
63 pessoas com deficiências no dia a dia, em questões pontuais como o uso do
64 elevador hidráulico dos ônibus. Mediante essa questão do treinamento o
65 CMPCD cobrará como está esse trabalho diante da demanda, das necessidades
66 e possíveis reclamações. Foram feitas as alterações da Lei conforme
67 orientações da procuradoria Jurídica sobre as credencias para entrada nos
68 Próprios Públicos. Os conselheiros avaliaram que as temáticas abordadas sobre
69 a violência contra a Pessoa com Deficiência na Caravana da Inclusão, realizada
70 em 26 de junho, ficaram muito repetitivas pelo fato da cidade de Franca ter
71 participado do Seminário Todos pelos Direitos: Deficiência intelectual,
72 Cidadania e Combate à Violência. O conselheiro Fernando colocou que o
73 Vereador Bahia solicitou a participação dos vereadores nas reuniões ordinárias
74 do Conselho. O Conselho enviará um convite com as datas das reuniões para a
75 Câmara Municipal. A conselheira Cristina comentou que seria interessante o
76 Conselho conhecer o Projeto de Acessibilidade realizado pela psicóloga
77 Alessandra do Allan Kardec. Com relação à proposta de um cadastro único com
78 informações das Pessoas com Deficiência: banco de dados ou censo atualizado
79 de PCD na cidade, quantas são e quais os tipos de deficiência, onde moram e
80 quais as condições, nível de escolaridade, quantas são usuárias de BPC, quantas

81 estão trabalhando e quantas não estão e apresentam condições de trabalho. Os
82 conselheiros retomarão essa questão de acordo com o Planejamento de
83 Trabalho do Conselho e incluirá na pauta de uma reunião ordinária. Foi
84 agendada reunião extraordinária dia 21 de julho para discussão sobre as
85 alterações de Criação do Fundo Municipal e do Regimento Interno. Foram lidos
86 os informes gerais conforme a pauta. Nada mais a registrar a reunião foi
87 finalizada por mim Sandra Cristina Calandria Pedigone, lavrada e segue
88 assinada por mim e demais presentes. Franca, 07 de julho de 2015.